

Bird revê acordo de co-financiamentos

WILSON PEDROSA

O programa de de co-financiamento proposto pelo Banco Mundial (Bird) ao Brasil há cerca de dois meses será novamente alvo de conversações entre o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Bird, Alden Clausen, em Washington. A informação foi dada, ontem, pelo chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, que adiantou que o acordo poderá ser feito, sem que isso signifique que os recursos serão utilizados.

O próprio ministro da Fazenda, na época em que o assunto foi amplamente discutido, manifestara o seu desinteresse com a proposta, uma vez que o Bird exigia como contrapartida a liberação das importações, sem nenhum cuidado. Além disso, considerou desinteressante o esquema se o volume negociado for pequeno. Chegou-se a falar



Tarcísio
em US\$ 2 bilhões.

O projeto oferecia como vantagem uma taxa de juros estável e o prazo de dez anos com cinco de carência. O Bird funcionaria como um intermediário entre o Brasil e os bancos privados internacionais, e como avalista da operação. Es-

tes recursos seriam utilizados no financiamento de produtos exportáveis.

Já na Assembléia anual do FMI, que começa só no dia 25, os países em desenvolvimento farão apelos, através de seus representantes, para que a instituição aumente o volume de recursos para os países em dificuldades nas suas contas externas — informou Tarcísio — mas os países industrializados não participam da mesma opinião.

Os países industrializados — acentuou Tarcísio — irão defender o reforço do papel do Bird e a ampliação dos seus programas de co-financiamento. O orçamento do Bird é fechado normalmente em setembro, logo após a assembléia anual, mas, apesar disso, o chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda não vê razão para que o Brasil se apresse na definição da sua posição quanto ao esquema de co-

financiamento.

Durante a reunião do Comitê Interino do FMI, que ocorre antes do início da Assembléia, os países em desenvolvimento e desenvolvidos discutirão as prioridades que serão dadas para a distribuição dos DES (Direito Especial de Saque), a moeda do FMI, e as condições da economia mundial como um todo.

Ao final desta rodada de conversações, os países pobres farão novamente um apelo — informou Tarcísio — para que haja uma distribuição maior do ônus do ajustamento da economia mundial entre os países pobres e ricos. Segundo ele, “os países em desenvolvimento que ainda não conseguiram ajustar as suas economias, correm o risco de tê-las desmanteladas se os países ricos não equilibrarem os seus déficits orçamentários, evitando assim a elevação das taxas de juros”.